

“O Curso de Formação de Juristas Populares me fez voltar a estudar”



Odete: vencendo barreiras e conquistando sonhos através da Educação

Uma mulher que abdicou de sua vida pessoal para cuidar de seu lar é o início de muitas histórias conhecidas. Exatamente por isso, aquela que consegue reverter essa situação através dos estudos é fato isolado e motivo de comemoração. Esta é a lição mais importante que Odete Ricardo da Silva aprendeu, tendo como estopim o Curso de Formação de

Juristas Populares da Fundação Margarida Maria Alves.

Em 2003, voluntária da entidade Flor Mulher, Odete foi indicada para participar do Curso. “Como exigia o conhecimento de assuntos diferentes dos que eu estava acostumada, resolvi voltar a estudar. Eu tinha cursado até a quarta série do Ensino Fundamental”, afirma. “Senti a necessidade de ampliar meu conhecimento no Curso

de Juristas como um desafio. Enfrentei o preconceito e voltei pra escola aos 54 anos, em meio a jovens de, no máximo, 20”.

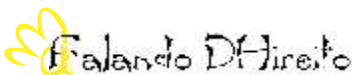
Odete conta que, no EJA (Educação para Jovens e Adultos), onde concluiu o Ensino Médio, era difícil se encaixar. “Eu tinha facilidade para aprender, o que se tornou um fator discriminizante”. Mesmo sofrendo com a falta de apoio do marido e com o preconceito dos colegas de escola, Odete encontrou nas filhas força para continuar. Mãe de três meninas, ainda administrou o tempo para se preparar para o vestibular.

Hoje, está no primeiro período de Pedagogia no ITE-PB; tendo atingido a independência em diversos aspectos, pôs um ponto final no casamento conflituoso de 31 anos. Atua como Educadora Social no Centro Dom Oscar Romero (CEDHOR) e comemora: “Sou uma nova mulher, uma pessoa resolvida. O conhecimento muda tudo! O Curso de Juristas foi o maior presente, a maior oportunidade pra eu mudar toda a minha vida”, arremata.

Editorial

Ao som do Hino Nacional tocado por uma harpa, a ministra Carmem Lúcia Antunes Rocha se tornou a primeira mulher, em oitenta anos, a assumir a presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Também há oitenta anos, as mulheres conquistaram o direito de voto no Brasil. Nada mais propício que, no discurso da ministra, estivessem presentes advertências sobre a responsabilidade do eleitor com a legitimidade e a transparência das eleições. Um dos aspectos mais importantes da sua durante a posse foi ressaltar o papel da imprensa no processo eleitoral: “Não há eleições seguras e honestas sem a ação livre, presente e vigilante da imprensa, a cumprir papel determinante em benefício do poder do povo”. A implementação do Ficha Limpa nestas eleições também foi lembrada, expressão máxima de que o povo pode e deve lutar para melhorar a administração do nosso país. Há muito se fala no poder do cidadão através do voto, na conscientização que deve ser trabalhada para evitar a venda e a troca de votos. Agora, com essa grande mudança de ares em sua direção, esperamos que o Tribunal Superior Eleitoral possa investir mais ainda para garantir que o comprometimento do cidadão com essas questões seja, de fato, trabalhada, melhorada e, de fato, estabelecida.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da
Fundação de Defesa dos Direitos
Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Andréia Martins (DRT 2998/PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: Gráfica JB

A polêmica das ONGs fraudulentas e de como influenciam no funcionamento das corretas

por Luciel Araújo de Oliveira,
jornalista e coordenador do
Serviço de Educação Popular
(SEDUP)

Para abordar a polêmica em torno das organizações não governamentais alvo de acusações e investigações de irregularidades no uso do dinheiro público nos últimos meses precisamos, antes, separar joio e trigo. Situar, minimamente, o lugar e a contribuição incontestável e singular de outras ONGs (que, por sinal, em nada se assemelham a essas entidades que se encontram na berlinda da mídia), para a história da política, da educação, da luta e conquista de direitos no Brasil.

A primeira geração dessas organizações surgiu no final do período de governo militar, com um destino inescapável de contestar e enfrentar a ditadura e já começando a incorporar em seu perfil o que se tornou uma de suas principais características, até bem pouco tempo – cumprir, em diversas áreas, o papel que o estado não assumia, a exemplo da educação de adultos, do desenvolvimento rural e do enfrentamento à violação de direitos e à exclusão social.

Com o fim da ditadura e a promulgação da Constituição Federal de 1988, começa a se estabelecer um novo tipo de relação entre governos e organizações da sociedade civil com reconhecimento de suas contribuições, entre outras coisas, para a democracia no país. Mais tarde, a vitória da esquerda nas urnas abre a perspectiva do Estado trabalhar em colaboração com ONGs na execução de políticas públicas através do estabelecimento de convênios. Além de representar um novo modo de se elaborar e executar políticas públicas, esse mote despertou também o surgimento de um sem número de organizações oportunistas, mas talvez, ainda, não necessariamente desonestas. Mas, com o passar dos anos, foi esse filão que fez surgir organizações “laranjas”, algumas criadas por políticos corruptos, com o fim deliberado de surrupiar milhões em dinheiro público.

Tudo isso não foi tão rápido e automático como se pode pensar. Mas, a “grosso modo”, é o que se pode dizer do modo como caminharam as coisas até aqui. Vale

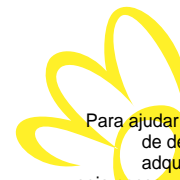


A mídia,
interessada em
polêmica, ajuda a
manter a população
longe das informações
transparentes e,
ignorando a história,
coloca as instituições
num só pacote, pronto
para ser explodido.”

lembrar que conforme a Abong (Associação Brasileira de Ongs), o governo mantém atualmente convênios com 100 mil entidades sem fins lucrativos. Entretanto, 99% das mais de 340.000 organizações existentes sequer recebe dinheiro do Governo Federal, segundo levantamento feito pela ONG Contas Abertas.

A mídia, interessada em polêmica, ajuda a manter a população longe das informações transparentes e, ignorando a história, coloca as instituições num só pacote, pronto para ser explodido, prejudicando desde os serviços das instituições sérias e comprometidas. Fazer isso, além de injusto, é desonesto, ou, no mínimo, um ato de ignorância, distanciado da realidade do trabalho dessas organizações sérias que quase nunca são pautadas na mídia para mostrar o que fazem de positivo.

Para finalizar a conversa, a heterogeneidade que caracteriza essas organizações, atualmente, seja quanto à relação com governos e com recursos públicos ou no modo como atuam e se apresentam na sociedade não permite generalizações. Pelo contrário o que se espera é que se avance na discussão de um marco legal para esse modelo de instituição que não pode, por diversas razões, ser tratado como se fosse a administração pública – nem para o bem, nem para o mal. Mas isso é outro papo.



Quer contribuir com
a continuidade dos
nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas
de defesa dos Direitos Humanos,
adquira um dos nossos produtos,
seja nosso voluntário ou faça doações na
Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Guarabira conclui primeira turma do Curso de Formação de Juristas Populares



Turma pioneira: os (as) primeiros (as) Juristas Populares de Guarabira

Realização: palavra que define o sentimento de todos (as) os (as) envolvidos (as) na primeira edição do Curso de Formação de Juristas Populares na cidade de Guarabira. A iniciativa da Fundação Margarida Maria Alves, em parceria com o Serviço de Educação Popular (SEDUP) e a Fundação Interamericana (IAF) fechou um ciclo importante na trajetória das duas entidades ao realizar um sonho antigo de interiorização do Acesso à Justiça.

Na noite de 17 de dezembro de 2011, 22 novos (as) Juristas Populares tiveram todas as razões para comemorar. Através da cooperação das entidades envolvidas, foi possível superar diversos obstáculos para a conclusão desta turma especial.

O Curso em Guarabira foi elaborado com um formato um pouco menor que o que ocorre há 12 anos em João Pessoa, em caráter experimental. O sucesso na experiência é mérito, principalmente, dos (as) Cursistas e seu comprometimento com a formação. Muitos (as) são moradores de cidades vizinhas a Guarabira, bem como sítios, assentamentos e outros locais de

difícil acesso.

Com uma frequência de participação invejável, à luz das diversas dificuldades, o Curso contou com a participação de vários (as) colaboradores, tanto da Fundação quanto do SEDUP. O técnico responsável pelas Oficinas e Módulos, o advogado Rodrigo Paredes, conta que, embora já tendo participado do Curso de Juristas em João Pessoa em diversos momentos, ministrar essa versão reduzida em Guarabira foi uma experiência completamente nova e estimulante.

“Contamos com a participação impecável dos (as) Cursistas, em todas as etapas, mesmo com obstáculos variados. A turma foi de um compromisso ímpar”, comemora, e afirma que a participação e colaboração de alguns parceiros foram cruciais na manutenção do interesse da turma. Para Marcina Pessoa, coordenadora da Fundação, a experiência com o SEDUP foi positiva. “Queremos repetir a dose e estamos pensando em outro projeto, no mesmo modelo, para fazer uma segunda turma em Guarabira”, completa.

Até uma Comissão foi formada para agregar ainda mais importância à cerimônia de Formatura

Formandos (as):
 Ana Gêssica David da Silva
 Angélica Gonçalves dos Santos
 Edson da Silva
 Euzelma Belarmino dos Santos
 Fabiana Fernandes da Silva
 Francisca Paulino da C. Gonçalves
 Ires Maria de Jesus
 Israel Fernandes Barbosa
 Israel Monteiro dos Santos
 Joel Cirilo de Souza
 José Domingos Acelino Pereira
 Márcia Alves da Silva
 Maria de Fátima de Araújo
 Maria Farias Monteiro
 Maria Gorete Benício de Pontes
 Maria Salete Pontes Meira
 Regiana Pontes Andresa
 Renata Pereira da Silva Gonçalves
 Roberto Luiz Barreto de Jesus
 Severina Verônica Ribeiro da Silva
 Verônica Pereira da Silva
 Wanderson Rogério dos Santos



Fundação e Concern realizam Curso "Legislação e Mecanismos do Direito"

A Concern Universal Brasil e a Fundação Margarida Maria Alves, através do projeto "Juntos pelo Desenvolvimento em Defesa dos Direitos", estão responsáveis, desde o dia 13 de março, pela realização do "Curso de Formação para Lideranças Comunitárias sobre Legislação e Mecanismos Legais de Direitos".

O curso, inspirado no Curso de Formação de Juristas Populares da Fundação, terá duração

de cinco meses, com dois encontros mensais de quatro horas, realizados em nossa sede. Com o intuito pioneiro no ensino jurídico-popular na

Paraíba com 12 anos de experiência, a Fundação foi convidada, ainda em 2011, para auxiliar a Concern no desenvolvimento do projeto. Após a confirmação da parceria, teve início o planejamento entre as entidades.

Ficou acertado que os conteúdos dos encontros serão ministrados pela equipe de advogados da instituição, composta por Anna Izabella Chaves Alves, Gustavo Leite Castelo Branco e Rodrigo Paredes, que possuem vasta experiência com o ensino jurídico-popular na Fundação.

O público alvo deste processo formativo é composto por lideranças comunitárias das comunidades acompanhadas pela Pastoral do Menor e pela



O advogado Rodrigo Paredes, o representante da Concern, Hildevânio Macedo e a representante da Fundação, Vera Rodrigues, acolhem os (as) participantes no primeiro encontro



Casa Pequeno Davi, como: Bananeiras (Grotão), Citex (João Paulo II) Roger e Asa Branca, em João Pessoa; São Bento (Bayeux), ACNV – Eucalipto e Pe. Gino Novo (Sapé). A ideia é capacitar, no mínimo, cinco líderes de cada comunidade, preferencialmente adultos.

Os encontros acontecerão às terças-feiras, das 13h às 17h, com garantia de transporte (passagem de ônibus), lanche e material didático para todos (as) inscritos (as).

Durante cada encontro, as equipes da Fundação e do projeto "Juntos pelo Desenvolvimento", em sistema de rodízio, contribuirão no processo de empoderamento das lideranças comunitárias, em sala de aula, e no desenvolvimento do material utilizado.

PROGRAMAÇÃO	
ABRIL	10/04 – Organização e Estrutura do Poder Judiciário e do Ministério Público; 24/04 – Gênero, Direitos das Mulheres e Lei Maria da Penha;
MAIO	08/05 – Direito da Família; 22/05 – Direito do Trabalho;
JUNHO	05/06 – Direito Previdenciário; 19/06 – Direito do Consumidor;
JULHO	03/07 – Direito Urbanístico e Política Urbana; 17/07 – Avaliação e Confraternização.

Fundação avalia atividades de 2011 e planeja ações para 2012

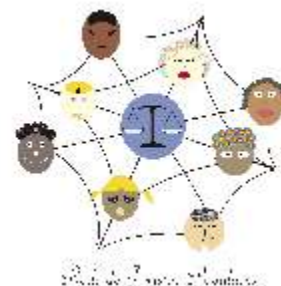
Com a intenção de atualizar e modificar alguns aspectos ligados ao seu funcionamento, a equipe da Fundação se reuniu, no início de março, para realizar a Avaliação Institucional. Além destes aspectos, foi feito também um balanço das atividades realizadas no ano anterior, ressaltando os pontos positivos e negativos de cada um.

A representação da Fundação em espaços de deliberação como o Movimento Nacional de Direitos Humanos Regional Nordeste (MNDH/NE), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (CEDDHC), (Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERURB), Fórum Regional de Reforma Urbana (FNRU), Fórum Nacional de Participação Popular/ NE (FNPP/NE), Comitê de Educação em Direitos Humanos (CEDH) e Comissão da Diversidade Sexual da OAB também foi revista,

Discutiu-se as melhores maneiras de prosseguir participando, priorizando aqueles que estão em sintonia

Os jovens na educação ambiental

Público alvo das Oficinas realizadas nas escolas de João Pessoa, Forte Velho e Bayeux, adolescentes e jovens estão se conscientizando da importância da preservação do meio ambiente. Em relação à definição de poluição, uma turma de forte Velho concluiu que: "é um ato de irresponsabilidade do homem que põe em risco a vida do planeta".



com nossos eixos de atuação: Justiça e Direitos Humanos, Intervenção no Espaço Urbano, Políticas Públicas e Desenvolvimento institucional. Um complicador para a permanência da Fundação nestes espaços é o tamanho reduzido da equipe, mas existe um esforço coletivo para fazer com que a entidade não se desligue deles.

Atrrelados a estes eixos de atuação, ainda existem os projetos em vigência na instituição: o Curso de Formação de Juristas Populares, em parceria com a Fundação Interamericana (IAF), o Programa Papel Passado (Projeto de Regularização Fundiária do Jardim Laranjeiras, oriundo do Ministério das Cidades), a Rede de Juristas Populares, em parceria com Misereor/KZE e o Curso de Capacitação para Lideranças Comunitárias, em parceria com a Concern, que começou no mês de março e deve seguir até julho.

Um dos principais pontos discutidos foi a importância do trabalho de conscientização para a Educação Ambiental através das Oficinas realizadas em Escolas

públicas e privadas desde o ano passado. A Fundação e a Rede de Juristas conseguiram incutir o uso do sabão ecológico em algumas delas e tem se mostrado como uma boa opção para geração de renda. José Marcos Salgueiro, técnico responsável pela Rede de Juristas, afirma que os debates promovidos pela Fundação, visando pequenas atitudes que podem fazer a diferença, contribuem para a melhora do Meio Ambiente. Isto se dá a partir do momento em que se evita o desperdício de água e de energia, por exemplo.

A utilização do óleo de comida usado, os danos que o descarte inadequado podem causar à saúde (com sua reutilização na comida) e os prejuízos que podem causar à natureza ao ser jogado no esgoto ou a céu aberto também são pontos explorados por José Marcos, bem como os benefícios, é claro, no uso para a feitura do sabão, detergente ou pasta para lavar louça ecológicos.

A capacitação para este tipo de trabalho está na lista de projetos futuros da Fundação.

Rede de Juristas muda funcionamento em seu último ano de projeto com Misereor

Melhorar a qualidade das ações da Rede. Este foi o principal objetivo do Encontro Estadual realizado no dia 11 de março, na sede da Fundação, e que contou com representantes de 3 dos seus 4 núcleos de atuação. Com a diminuição da participação de seus integrantes na realização de diversas ações previstas no projeto trienal, foi necessário sentar e refletir acerca do papel da Rede, seus objetivos e outras metas a serem alcançadas agora que o apoio de Misereor está chegando ao fim.

De acordo com a organização da entidade, a Rede, com sete anos de vida, está pronta para seguir sem sua intervenção e tornar-se uma organização independente da própria Fundação. O desafio já havia sido proposto desde 2010, quando da elaboração do plano de ação daquele ano.

No entanto, com a proximidade do fim do projeto, medidas mais pontuais tiveram que ser tomadas. A mais importante delas foi a dissolução dos núcleos, compostos por João Pessoa, Santa Rita, Bayeux e

Acontece

Maio

Entre 7 e 11 - Visita monitorada à Defensoria Pública Estadual;
19 e 20 - Módulo de Direito Civil II;
26 - 1ª Ciranda de Direitos em Mussumagro






Junho

Entre 11 e 15 - Visita monitorada às Curadorias do Ministério Público;
16 e 17 - Módulo de Direito Trabalhista e Previdenciário;
30 - Oficina de Direito do Consumidor

Julho

07 - 2ª Ciranda de Direitos;
14 e 15 - Módulo de Direito Penal;
28 e 29 - Módulo de Direito Urbano

Acompanhe a Fundação nas Redes Sociais!

 @FundacaoMMAlves
 Fundação Marganda Maria Alves
 Fundação Marganda Maria Alves



Juristas discutem o futuro da Rede e as melhores táticas para garantir e assegurar seu funcionamento.



Forte Velho, resultando na unificação da Rede de Juristas Populares.

A discussão foi bastante acirrada, baseada na releitura dos principais pontos e objetivos observados no Regimento da própria Rede. O maior deles é mantê-los (as) articulados (as) e atualizados (as) nas diretrizes do Direito com a finalidade de fortalecer os Núcleos que atuam em comunhão com os movimentos sociais e individuais, em busca dos direitos da cidadania.

Incentivados por esta definição e pela constatação de que este objetivo não estava mais sendo alcançado com plenitude, nove Juristas votaram a favor da unificação e um se absteve. O pensamento estava voltado para a sobrevivência da Rede e da continuidade da projeção de suas atividades, tanto como da própria Fundação.

Foram definidas as seguintes diretrizes de funcionamento: as atividades mensais serão divididas entre os bairros/cidades de atuação dos antigos núcleos; independente do local de realização da atividade, os (as) Juristas de todas as localidades irão participar; as reuniões serão mensais e descentralizadas (caso necessário, serão realizados encontros extraordinários); as decisões maiores serão tomadas nas reuniões do grupo; os Encontros Estaduais serão mantidos, bem como as Oficinas de Atualização e Capacitação, confraternizações e atividades culturais.

Para José Marcos Salgueiro, técnico responsável pela Rede, a unificação é uma medida drástica, que modifica sua proposta inicial, mas necessária para manter os alicerces do projeto trienal. "Esperamos fazer com que a chama não se apague", completa.